

**POLÍTICA** ■ Ao assumir o governo do Rio, Cabral deixa cadeira no Senado para Paulo Duque

# Suplente de senador é um absurdo

Ricardo A. Setti

Você, (e)leitor do Rio de Janeiro, está tendo, neste exato momento, a noção da importância da reforma política – mesmo que, aparentemente, lhe pareça um assunto chatíssimo, pelo qual não tem o menor interesse.

Pois veja só, (e)leitor, como a questão lhe importa, sim. Nas eleições de 2002, você – ou boa parte de seus coestaduanos – elegeu Sérgio Cabral Filho (PMDB) como senador da República. Atribuiu a ele robustos 4,1 milhões de votos para um mandato de oito anos.

Na eleição encerrada no dia 29 passado, o eleitorado ungiu Cabral governador do Estado com 5,1 milhões de votos, ou 68% dos votos válidos, a maior vitória proporcional do segundo turno. Ele deixará o Senado para assumir, a 1º de janeiro, o Palácio Guanabara. Como, porém, levará consigo para a chefia da Casa Civil o suplente, o procurador do Estado Régis Fichtner, quem vai ocupar sua vaga no Senado e, lá, manter-se por ainda quatro anos como um dos três representantes do Rio, é a remotíssima figura do segundo suplente (típica invenção estapafúrdia da legislação brasileira), o ex-deputado Paulo Duque.

Duque, 79 anos, é um velho político que exerceu oito mandatos de deputado estadual, o último deles encerrado em 1998. Você, que eventualmente votou em Sérgio Cabral para senador, tinha no momento do voto alguma idéia de que Duque poderia virar senador?

Por acaso ouvira falar em Duque? Aliás, sabia ao menos o nome do primeiro suplente de Cabral, Régis Fichtner? Qualquer pesquisa de opinião bem feita certamente revelará que 99% dos eleitores, se não percentual ainda maior, não faz a mais longínqua idéia de quem é o primeiro suplente do candidato em que votaram. Que dizer do segundo?

E Cabral, pelo menos, realizou escolhas técnico-políticas para o cargo: o primeiro suplente é membro do Ministério Público, o segundo apesar de tudo um político experiente, um dos atuais subchefes da Casa Civil da governadora Rosinha Garotinho. Porque a norma geral, no Senado, é de duas uma, e ambas constrangedoras para a democracia brasileira, para não dizer obscenas: ou o candidato ao Senado aponta como suplente um rico que lhe financia a campanha, numa espécie de absurda recompensa, pela generosidade do doador, às custas do interesse e dos cofres públicos, ou unge com a possibilidade de mandato gente de seu círculo – em boa parte dos casos, parentes, e às vezes o parente de um apaniguado político.



RENAN CEPEDA (5/3/1991)

Paulo Duque, terceiro suplente de Cabral, ficou 40 anos na Alerj mas nunca se candidatou a senador. Nem precisou



ADRIANO MACHADO/ BG PRESS

Iris virou senadora ao ganhar vaga do afilhado do ex-marido

DIDA SAMPAIO/A



UANDERSON FERNANDES/AE